

ESPAÇO URBANO: inclusão, oportunidade e acessibilidade a todos, relato de uma oficina sobre mobilidade urbana

Wesley Alves Vieira

Bolsista PET Geografia - Instituto de Geografia
wesleygeoufu@gmail.com

Com o intuito de conhecer mais sobre as políticas públicas urbanas do município de Uberlândia e a forma como influenciam na formação dos espaços públicos e privados, é que decidi iniciar o curso de Formação de Lideranças em Políticas Urbanas pelo Movimento Cidade Futura. As experiências em sala de aula, ou seja, os relatos, as reflexões dos professores, alunos e dirigentes do movimento, incentivaram-me a refletir de maneira crítica sobre os aspectos políticos, tanto no que se refere à atuação daqueles que governam o município quanto da população local que os elegem.

Outro aspecto relevante principalmente quanto à população é a intensidade da participação (ou não) nos processos de decisão, ou seja, o exercício de uma democracia verdadeiramente participativa. Diante desse interesse particular, da vontade de colaborar para com os processos de decisão, além de incentivar a população a conhecer e atuar ativamente sobre as políticas municipais houve a necessidade de levantar, conhecer e vivenciar os principais problemas enfrentados pela população. Para isso, os dirigentes do curso promoveram, em parceria com a Associação dos Paraplégicos de Uberlândia – APARU, uma oficina na qual os alunos sentir-se-iam como tais, vivenciando as principais dificuldades enfrentadas pelas pessoas com deficiência física do município de Uberlândia na área urbana.

Nesse sentido, esse relato de experiência tem por objetivo geral proporcionar um conhecimento mínimo sobre as instituições aqui citadas e mais especificamente, descrever as experiências empíricas adquiridas com a realização da oficina mostrando as condições de acessibilidade das pessoas com deficiência na área central do município de Uberlândia.

O Movimento Cidade Futura, articulado pelo Instituto Pro Cidade Futura, organização declarada autônoma e independente, atuante no Brasil como associação civil sem fins lucrativos, apartidária e pluralista, foi fundada em 1990 em Brasília. A organização dá ênfase ao trabalho que eleve a função social da cidade atuando,

Wesley Alves Vieira

sobretudo no campo das políticas públicas e do desenvolvimento local. Nesse aspecto, o exercer da cidadania é uma conquista da democracia, portanto, fundamental na intervenção social “dirigida à construção de cidades justas, sustentáveis e democráticas” (MOVIMENTO CIDADE FUTURA, 2010).

A APARU, associação que ofereceu a oficina descrita neste relato, foi fundada em 1979, e tem entre seus principais objetivos “cuidar das questões das pessoas portadoras de deficiência física no tocante ao respeito, promoção humana, capacitação profissional, habilitação e reabilitação, atividades físicas e desportivas e à cidadania” (APARU, 2010).

Os cursos e oficinas promovidos pelo Movimento Cidade Futura têm por objetivo formar lideranças municipais comprometidas e, sobretudo militantes, no processo de luta pela gestão verdadeiramente democrática e pelo direito à cidade. A formação de cada aluno é feita por meio de um processo de sensibilização e qualificação orientando-os, sobretudo sobre a intenção, de formar futuros líderes sociais e que representem suas comunidades locais.

Antes de tratar da experiência vivida, sobre o tema “acessibilidade urbana e pessoas com deficiência física” no município de Uberlândia, convém fazer alguns apontamentos.

No Brasil, a Lei de Acessibilidade – Decreto de lei 5296 de 2 de dezembro de 2004 regulamenta a Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, que “dá prioridade de atendimento às pessoas com deficiência, estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade.” A Convenção da ONU sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (2007) estabelece em seus princípios respeito, independência, sobretudo liberdade e autonomia da pessoas em fazer suas próprias escolhas, de forma individual. Além disso, a convenção estabelece “plena e efetiva participação e inclusão na sociedade, igualdade de oportunidade e acessibilidade”.

Percebe-se que nem sempre essas leis e resoluções são garantidas, mesmo em cidades com intensa atividade econômica, e ditas desenvolvidas perante outras do Brasil como é o caso de Uberlândia. Este município possui infraestrutura insuficiente para atender as pessoas com deficiência não oferecendo o que lhes é garantido por lei, ou seja, igualdade de oportunidade e acessibilidade. Em Uberlândia, no ano de 2008,

Wesley Alves Vieira

38,63% das pessoas entrevistadas em uma pesquisa tinham deficiência física, conforme a Tabela 1 a seguir:

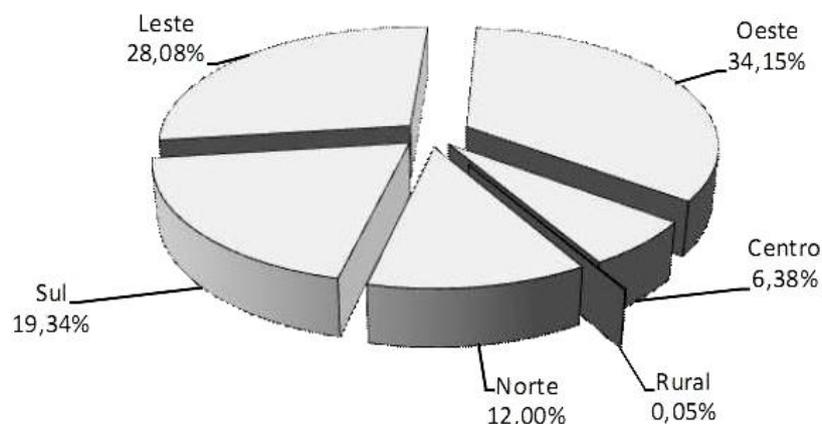
Tabela 1: Pessoas com deficiência segundo deficiência declarada, por sexo, 2008.

Deficiência Declarada	Sexo				Total	
	Homens		Mulheres		Número	%
	Número	%	Número	%		
Auditiva	167	4,23	220	5,57	387	9,80
Física	804	20,35	722	18,28	1526	38,63
Mental	672	17,01	638	16,15	1310	33,16
Visual	208	5,27	267	6,76	475	12,03
Múltipla	57	1,44	55	1,39	112	2,84
Não Ident.	83	2,10	57	1,44	140	3,54
Total	1991	50,41	1959	49,59	3950	100,00

Fonte: CEPES/IEUFU. Pesquisa LIESPDeficiência – Uberlândia/MG, 2008.

Esses números deveriam sensibilizar tanto os responsáveis e executores das políticas de acessibilidade urbana quanto a população em geral para a fiscalização e cobrança das autoridades quanto às melhorias nos espaços públicos e privados. A pesquisa mostra que a maioria das pessoas com alguma deficiência não reside na região central, porém, é justamente nessa área que estão as principais atividades comerciais e os locais de trabalho de grande parte da população, ou seja, mesmo sendo o lugar que menos possui pessoas com deficiência, a área deveria assegurar por meio de suas funções, maior acessibilidade aos deficientes físicos, além disso, cabe-nos refletir se as áreas com os maiores índices de pessoas com deficiência atendem às necessidades básicas locais – Leste 28,08% e Oeste 34,15% (ver Gráfico1).

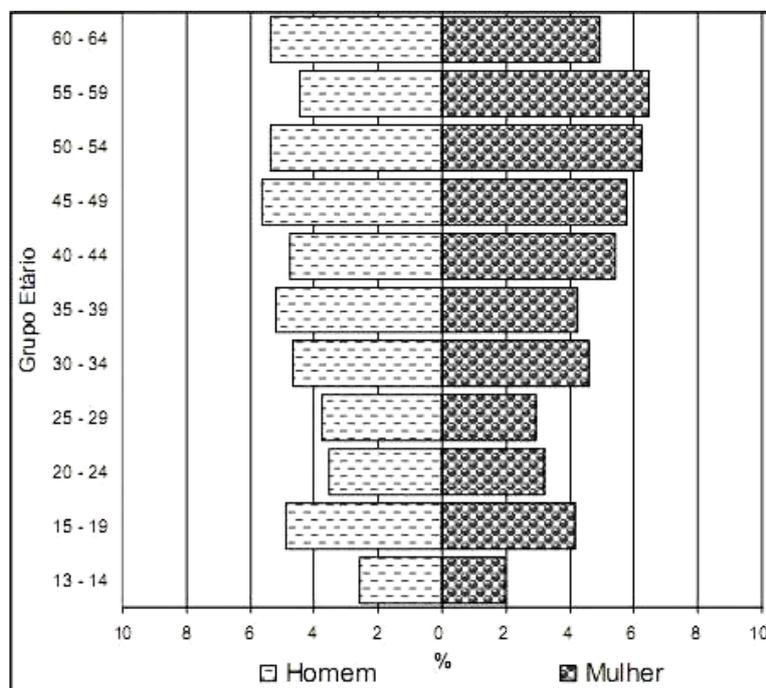
Gráfico 1: Distribuição das pessoas com deficiência por setores, 2008.



Fonte: CEPES/IEUFU. Pesquisa LIESPDeficiência – Uberlândia/MG, 2008.

Ainda, segundo essa mesma pesquisa, conforme mostra o Gráfico2 a seguir, grande parte da população com alguma necessidade especial tem entre 40 e 64 anos. É relevante sinalizar que, justamente nessa faixa etária, estão as pessoas que mais precisam de equipamentos públicos acessíveis tendo em vista que grande parte delas é responsável pela principal fonte de renda da família.

Gráfico 2: Estrutura etária das pessoas com deficiência em Uberlândia/MG, 2008



Fonte: CEPES/IEUFU. Pesquisa LIESPDeficiência – Uberlândia/MG, 2008.

A igualdade de oportunidade e acessibilidade será garantida quando houver melhoria nos equipamentos públicos, ou seja, mais transportes coletivos com aparelhos específicos que auxiliam as pessoas que utilizam cadeira de rodas; calçadas em bom estado de uso; mais rampas nos locais de acesso público; instrumentos que possibilitem às pessoas com necessidades especiais serem independentes no cotidiano e quanto às decisões a serem tomadas que não vigore a filosofia *inclusionem unius ad exclusionem alterius*.

A atividade proposta foi iniciada às nove horas da manhã do dia treze de junho de dois mil e dez, e consistiu inicialmente em apresentar aos alunos do curso, as autoridades ali presentes – uma das diretoras e militante da APARU e o coordenador do curso de Formação de Lideranças em Políticas Públicas Urbanas. Feitas as apresentações, fomos orientados sobre a metodologia da oficina, ou seja, quais instrumentos seriam utilizados, como os usaríamos, aonde iríamos e o que faríamos nos locais de visitas.

Foram apresentados diversos tipos de instrumentos utilizados nas variadas modalidades de necessidades especiais: muletas, cadeiras de rodas, bengalas, óculos escuros (tapa olho), além de outros equipamentos que simulariam semelhantemente as deficiências físicas – faixas para amarrar os braços e pernas ao tronco. Foram utilizadas ainda, meias que, colocadas nas mãos simulariam àquelas pessoas que tiveram as mãos amputadas, faixas e óculos escuros para vedação dos olhos e fitas adesivas para fixarem os membros deficientes aos instrumentos usados.

Na medida em que as pessoas escolhiam o tipo de deficiência a ser por elas simulada, as orientadoras da APARU iam preparando aluno por aluno, caracterizando-os com riqueza de detalhes, muito expressivas, ou seja, permitindo-nos sentir, na pele, o que passam as pessoas que verdadeiramente sofrem algum tipo de necessidade. Desta forma, na falta de equipamentos públicos e privados que garantam a acessibilidade urbana, ou ao contrário, a experiência se completaria em todos os aspectos inicialmente almejados pelos idealizadores.

Partimos em um ônibus do transporte público municipal de Uberlândia: a empresa que forneceu o veículo cuidou de enviar um ônibus com quesitos básicos que atendessem

Wesley Alves Vieira

as necessidades de parte dos “atores” deficientes e assim contava com elevador e espaço para até duas pessoas com cadeiras de rodas. Ao chegarmos ao centro da cidade, fomos informados sobre as tarefas que tínhamos que cumprir até o meio dia, quando nos encontraríamos para gravarmos os depoimentos da experiência vivida.

As tarefas foram distribuídas para grupos de até cinco pessoas em que cada componente do grupo teria que executar uma missão. A que recebi, por exemplo, enquanto deficiente visual, foi a de achar em algum ponto da cidade uma lanchonete que disponibilizasse cardápio em braile. Visitei com o grupo que eu acompanhei mais de seis estabelecimentos entre lanchonetes, restaurantes, bares, cafés e não encontrei em nenhum deles o que precisava. Os componentes de meu grupo ajudavam-se incessantemente uns aos outros e reclamavam, na mesma medida, das dificuldades enfrentadas quanto à falta de acessibilidade na área central. Mesmo assim, quando em poucos lugares, as necessidades eram atendidas, os integrantes do grupo reconheciam e comentavam sobre a boa acessibilidade do local. Mesmo sem enxergar, eu conseguia imaginar o que passavam meus companheiros que enxergavam, mas lhes faltavam pernas, braços ou tinham tinha algum membro diferente simetricamente.

Durante toda a oficina os participantes queriam tirar fotos e comentavam que aquela experiência era única, pois só assim conseguiam saber o que as pessoas com necessidades especiais passam para se locomoverem no centro da cidade. As imagens abaixo mostram um pouco da experiência do grupo.

Imagens da oficina sobre acessibilidade no município de Uberlândia/MG, 2010.



Imagens 1 e 2: Instruções antes da partida, relatos sobre oficinas anteriores e saída do campus Santa Mônica da UFU¹.



Imagens 3 e 4: Chegada do Grupo ao centro da cidade e uma das integrantes do grupo tentando executar sua missão.



Imagens 5 e 6: Travessia de parte do grupo em uma das avenidas centrais do município e a situação que se encontrava uma rampa no centro da cidade.

¹ Universidade Federal de Uberlândia.



Imagens 7 e 8: Encontros entre os grupos ao final da oficina e troca de experiências e impressões vividas.

Fonte: VIEIRA, Weley. A. (2010).

Observamos durante a experiência que poucas pessoas se ofereciam para ajudar. Os olhares de muitos em nossa direção eram de dó e compaixão quando, na verdade, precisávamos de ajuda da força física dessas pessoas para não cair nos buracos das ruas e calçadas ou para subir uma rampa com defeito. Um dos companheiros em sua cadeira de rodas não conseguiu cumprir a missão de comprar um CD: uma das maiores lojas do ramo, no centro da cidade, onde estavam disponibilizados os CD's, não tinha condições de receber alguém em cadeiras de rodas, a menos que alguém o ajudasse a afastar algum móvel o que não aconteceu.

Alguns estabelecimentos que visitei, apesar de não apresentarem o cardápio por mim procurado, atenderam-me muito bem: perguntaram-me o que eu queria comer, informaram-me sobre o que tinham e diziam disponibilizar em breve o cardápio para pessoas com deficiência visual. Em minha experiência, em nenhum momento as pessoas com as quais conversei duvidaram de que eu não era cego, descobriam quando, ao final, eu falava que participava de uma oficina sobre acessibilidade urbana às pessoas com deficiência.

Ao final da experiência, tivemos a oportunidade de relatar sobre os momentos marcantes que vivenciamos, e, através da mediação dos orientadores, foi possível construir novas impressões e reflexões sobre aquilo que ainda não havíamos vivido. Ficou em evidência o desejo de cada um de querer participar da fiscalização voluntária dos equipamentos que influenciam nossas vidas no cotidiano.

Wesley Alves Vieira

As duas instituições APARU e Movimento Cidade Futura, proporcionaram-nos uma experiência única e que poderá ser lembrada e difundida em todas nossas ações. A atividade, colocando-nos em contato com a realidade, proporcionou ao grupo e individualmente uma sensibilização única de situações previstas e inusitadas. Essa experiência resultou numa qualificação de cada participante enquanto futura liderança, e teve, ao final, o grande mérito de mostrar o peso da responsabilidade quanto a não exclusão das pessoas portadoras de necessidades especiais das pautas de reivindicações. Cidades mais humanas e justas exigem a participação e inclusão de toda sociedade, possibilitando com isso, mais igualdade e oportunidade a todos.

REFERÊNCIAS

APARU. Associação dos Paraplégicos de Uberlândia. **Conheça um pouco da nossa história**. 2010. Extraído da Internet: <<http://aparu.vilabol.uol.com.br/quemsomos.htm>> em 13 jun. 2010.

BRASIL, Acessibilidade. **Convenção da ONU sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. 24 jul 2008**. Extraído da Internet: <<http://www.acessobrasil.org.br/index.php?itemid=900>> em 13 jun. 2010.

BRASIL. Acessibilidade. **Lei de acessibilidade - Decreto lei 5296 - 2 de dezembro de 2004**. Extraído da Internet: <<http://www.acessobrasil.org.br/index.php?itemid=43>> em 13 jun. 2010.

MOVIMENTO CIDADE FUTURA. Instituto Pró Cidade Futura. **Apresentação**. 2010. Extraído da Internet: <<http://www.cidadefutura.net.br/site/>> em 13 jun. 2010.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA; INSTITUTO DE ECONOMIA; CENTRO DE PESQUISA ECONÔMICO-SOCIAIS – CEPES. **Levantamento de Informações Econômico-Sociais das Pessoas com Deficiência - LIESP Deficiência no Município de Uberlândia MG. Fase II**. Uberlândia/MG, 2009. 204 p. Extraído da Internet: <www.ie.ufu.br/cepes/tabelas/Pesquisas/LIESPDeficiencia2009.pdf> em 13 jun 2010.